

Termo de Colaboração nº 07/2025/GP.

TERMO DE COLABORAÇÃO

PARTES: *Município de Pato Branco*, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, CEP: 85.501-064, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Geri Natalino Dutra**, brasileiro, portador do RG nº 4551478-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº 648.471.369-34, residente e domiciliado na Rua Candido de Abreu n.º 25, Bairro Jardim Primavera, CEP 85.502-360, em Pato Branco - PR, como **CONCEDENTE**, e de outro lado, **Conselho Comunitário de Segurança do Município de Pato Branco**, inscrita no CNPJ nº 80.871.924/0001-00, com sede na Rua Presidente Kennedy, nº 170, Bortot, Pato Branco/PR, Telefone (46) 99904-8244, endereço eletrônico patobranco.conseg@gmail.com, neste ato representado pelo seu Presidente o **Sr. Juliano Riboli**, portador do CPF 018.446.390-45, inscrito no RG 14.144.898-6, residente e domiciliado na Rua Visconde de Nakar, nº 216, Jardim das Américas, Pato Branco/PR como **PROPONENTE**, conforme autorização constante do protocolo nº 16.586/2024 1Doc, **Inexigibilidade n.º 07/2025 – Processo nº 07/2025 Emenda Impositiva Parlamentar nº 19680004 oriundos do Ministério da Economia**, que independente da sua transcrição, integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022 e demais legislações aplicáveis, bem como, pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I – Constitui objeto deste, a transferências de recursos financeiros através da emenda parlamentar nº19680004 oriundos do Ministério da Economia, que servirão para o aumento de segurança dos munícipes através da aquisição dos serviços citados no item 4 do plano de trabalho(anexo I), contribuindo assim com o bem-estar da população local, papel primordial desenvolvido pelo CONSEG junto a sociedade, com o aumento da segurança em nossa cidade. Vale ressaltar que este é apenas mais um projeto dos inúmeros já pautados em reuniões do CONSEG Pato Branco e aprovados, sendo que o objetivo claro é sempre melhorar as estruturas de nossas forças de segurança pública, buscando entregar ainda mais qualidade de segurança e de vida aos munícipes Patobranquenses.

CLÁUSULA SEGUNDA – META DE ATENDIMENTO

I - Esse aporte financeiro da emenda individual será utilizado para a realização por parte do CONSEG de atividades orientativas e educativas de prevenção ao uso de drogas, abrangendo 4 escolas diferentes com palestras e demonstração com os cães policiais. Realização por parte do CONSEG de atividades orientativas e educativas de prevenção ao uso de drogas em duas praças e um parque do município de Pato Branco, com a apresentação dos cães policiais durante os eventos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - O serviço será executado fielmente pela PROPONENTE, após a assinatura do Termo de Colaboração, devendo cumprir todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto ao Plano de Trabalho apresentado.

II - No caso de interrupção do funcionamento da PROPONENTE ou paralisação das atividades vinculadas à presente parceria, faculta-se à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

I – Os prazos de vigência do Termo de Colaboração e de execução do objeto da parceria serão de 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

II - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, de acordo com a legislação vigente, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

I - Para a execução do objeto da parceria, o CONCEDENTE fará o repasse do valor total de **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais) à PROPONENTE, com recursos referente à Emenda Parlamentar nº 19680004 oriundo do Ministério da Economia.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

i - os repasses destinados à execução do objeto da parceria correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária: 02 governo municipal - 02.03 delegacia e junta de alistamento militar - 041220006.2.006000 manter as atividades da delegacia e da junta de serviço militar - 3.3.50.43.99.99.00 demais entidades do terceiro setor - desdobramento nº 8916 - fonte nº 57019 - despesa nº 8913 – ação nº 2006.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE REPASSE E FORMA DE PAGAMENTO

I - O repasse de recursos se dará após a assinatura e publicação do presente instrumento, observado o seguinte cronograma:

PARCELA	PRAZO	VALOR
01	Até 05 dias úteis após a publicação do Termo de Colaboração	R\$ 250.000,00

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros deverão ser aplicados no custeio das seguintes despesas, desde que estritamente relacionadas à execução do objeto da parceria:

Códigos Tabela SIT	Especificação do Bem	Qtd	Valor unitário	Valor total
3.3.90.39.48	Serviço de seleção e treinamento de TRÊS Cães Farejadores prontos para o trabalho policial.	3	R\$ 40.000,00	R\$ 120.000,00
3.3.90.39.48	Serviço de Seleção e Treinamento dos Policiais Civis do NOC, conforme descritivo item 4.	1	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,0
3.3.90.39.05	Serviços Técnicos Profissionais de Confeção de Materiais de Treinamento adequados para os Cães do NOC PB.	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
3.3.90.39.99	Serviços veterinários diversos para atendimento dos cães do NOC PB.	1	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
3.3.90.39.70	Confeção de Uniformes, Bandeiras e Flamulas para os Policiais do NOC PB.	1	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00
3.3.90.39.99	Contratação de serviços de contador para apoio e prestação de contas referente a execução do presente projeto.	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Subtotal:			R\$ 250.000,00	

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES E COMPRAS

I - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverá obedecer aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

II - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista ou de qualquer espécie entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a execução do objeto da parceria, sendo de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, assim com quaisquer despesas de natureza fiscal ou comercial relativamente ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de

Colaboração, afastando-se por completo a responsabilidade, ainda que solidária ou subsidiária, da CONCEDENTE por quaisquer destas obrigações.

III - A PROPONENTE adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos no âmbito da presente parceria.

IV - A PROPONENTE deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, através de pesquisas de preços, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira exigível em prestação de contas.

V - A PROPONENTE deverá manter em sua guarda, pelo prazo de 10 (dez) anos, os orçamentos coletados de fornecedores e prestadores de serviços, a fim de comprovar, caso necessário, a compatibilidade das despesas com os valores de mercado.

VI - Para fins de comprovação das despesas, a PROPONENTE deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

I - Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no **Banco Caixa Econômica Federal, Agência 4182 - Conta Corrente 000578775548**.

II - A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.

III - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

IV - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

a) A utilização do recurso a que se refere este item deve ser solicitada pela PROPONENTE com antecedência de até 30(trinta) dias do término da vigência, perante o gestor da parceria, formalizando-se através de termo de apostilamento.

V - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

VI - Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE

I - O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

II - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a)** Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;
- b)** Monitorar e avaliar constantemente a execução do objeto, emitindo relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme previsto Decreto municipal 9.309 de setembro de 2022;
- c)** Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- d)** Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;
- e)** Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
- f)** Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- g)** Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;
- h)** Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

III - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a)** Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- b)** Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c)** Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e na cláusula décima segunda deste Termo de Colaboração;
- d)** Manter escrituração contábil regular;
- e)** Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos;
- f)** Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas;
- g)** Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Colaboração;
- h)** Divulgar na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;
- i)** Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

- j) Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo e Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;
- k) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- l) Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento;
- m) Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:
1. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
 2. garantir sua guarda e manutenção;
 3. comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 4. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
 5. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE;
- n) Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- o) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- p) Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados;
- q) Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

I - Fica proibido à PROPONENTE:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
- c) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- d) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista no Plano de Trabalho
- e) Utilizar os recursos recebidos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- f) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) Pagamento de despesa bancaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I - O Termo de Colaboração poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas em Lei e regulamento, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada.

II - A vigência do Termo de Colaboração poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 9.309/2022, a ser

apresentada à CONCEDENTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto.

III - A prorrogação de ofício da vigência do termo de Colaboração deve ser feita pela CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

IV- O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo de apostilamento ou termo aditivo ao plano de trabalho original, na forma do artigo 42 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO GESTOR DA PARCERIA

I - A CONCEDENTE indica como Gestor da parceria o Servidor, Sr. Romulo Faggion, inscrito no CPF 972.898.419-72, dentro dos padrões determinados pela legislação, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

II - Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos art. 69 do Decreto Municipal 9.309/2022 e art. 73 da Lei 13.019/2017, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

III - O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14.

IV - As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

I - Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 9.309/2022 e do Plano de Trabalho aprovado.

II - Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE.

III - O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 468/2023, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências

e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

IV- O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação.

V - Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a)** Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b)** Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c)** Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d)** Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Colaboração;

e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI - No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

VII - O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria.

VIII - As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.

II - Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo:

- a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

III - O relatório de que trata o item II deve, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b) Do grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

IV - As informações de que trata o item III serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 24 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

V - Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:

- a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) O extrato da conta bancária específica;
- d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

VI - A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item V, observando-se o disposto no art. 56 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

VII - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento.

VIII - Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria.

Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual

I - Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício.

II - A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no item II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

III- Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

a) Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

IV- A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá:

a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e

b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, observado o disposto no art. 59, § 1º, II do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

V - Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) Sanar a irregularidade;

b) Cumprir a obrigação; ou

c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

VI - O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

VII - Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente.

VIII - Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

IX - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas.

Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final

I - A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022,

relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 41 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

II - O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor;

III – Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.

IV- A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

- a) O relatório final de execução do objeto;
- b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano;
- c) O relatório final de execução financeira;
- d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

V - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III da Cláusula Décima Sexta.

VI - Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V da Cláusula Décima Sexta.

VII - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela:

- a) Aprovação das contas;
- b) Aprovação das contas com ressalvas; ou
- c) Rejeição das contas.

VIII - A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

IX - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

X - A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XI - A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no art. 54, § 1º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

XII - A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria.

XIII - A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá:

- a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou
- b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XIV - Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

- a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e
 - b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto,apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
 - 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público,mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.
- XV** - A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 9309/2022.
- XVI** - A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias.
- XVII** - A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.
- XVIII** - Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, “b”, do item XIV desta subcláusula.
- XIX** - Na hipótese do item XIV, “b” desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará:
- a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
 - b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.
- XX** - O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias,contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias.
- XXI** - O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:
- a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
 - b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas específicas, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
 - b) Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
 - c) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- II** - Prescreve em cinco anos, cotados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrente de infração relacionada à execução da parceria. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

- a) extinto por decurso de prazo;
- b) extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- c) denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- d) rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
 1. descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 2. irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
 3. omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
 4. violação da legislação aplicável;
 5. cometimento de falhas reiteradas na execução;
 6. malversação de recursos públicos;
 7. constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
 8. não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
 9. descumprimento das condições que caracterizam a PROPONENTE como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
 10. paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 11. quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da PROPONENTE e autorizado pelo Prefeito Municipal; e
 12. outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

II - A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

III - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da CONCEDENTE, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da PROPONENTE, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

IV - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da PROPONENTE, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

V - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

VI - O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

VII - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

VIII - Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

I - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, caso não aplicados no objeto da parceria, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata

instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

II - A PROPONENTE compromete-se, ainda, a restituir o valor transferido nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido; ou
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

III - Os débitos a serem restituídos deverão ser atualizados monetariamente desde a data do recebimento, observando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, acrescidos de juros mensais de 1%, calculados da seguinte forma:

- a) nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022; e
- b) nos demais casos, os juros serão calculados a partir:
 1. do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
 2. do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

IV - A PROPONENTE deverá recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

V - A restituição do valor não exime a PROPONENTE de cumprir todas as sanções que lhes forem regularmente aplicadas, com base no presente Termo de Colaboração e na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

I - Após o fim da parceria, os bens remanescentes que tiverem sido adquiridos com os recursos repassados serão destinados:

- a) ao CONCEDENTE, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou
- b) à PROPONENTE, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

II - Na hipótese do subitem "a", acima, a PROPONENTE deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens à CONCEDENTE, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil **não mais será responsável pelos bens.**

III - Na hipótese do subitem "b" acima, a PROPONENTE poderá realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

IV - Na hipótese do subitem "b" acima, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a PROPONENTE, observados os seguintes procedimentos:

- a) não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- b) o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

V - Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil PROPONENTE durante a vigência da parceria os bens remanescentes deverão ser retirados pela CONCEDENTE, no prazo de até noventa dias contados da data de

notificação da dissolução, exceto se aprovada proposta de doação a terceiros, de conformidade com o disposto no item III desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco-PR, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

II - Obrigatoriamente, será feita prévia tentativa de solução administrativa para dirimir eventuais questões relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se à bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato.

Pato Branco, 13 de fevereiro de 2025.

Município de Pato Branco - Concedente
Geris Natalino Dutra - Prefeito

Conselho Municipal de Segurança de Pato Branco CONSEG- Proponente
Juliano Riboli - Representante Legal

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO



Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

PLANO DE TRABALHO

1- IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC:

Razão Social da OSC: CONSEG – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE PATO BRANCO PR	
CNPJ: 80.871.924/0001-00	
Endereço: Rua Presidente Kennedy, 170, Bairro Bortot, Pato Branco – PR.	
CEP: 85.504-240	Telefone:46-9-9904-8244
E-mail: patobranco.conseg@gmail.com	
Conta corrente: 83-0 - Banco: Caixa Econômica Federal - Agência: 4182 - Op. 003	

1.1.: IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE OU RESPONSÁVEL- OSC:

Representante Legal da OSC: JULIANO RIBOLI	
CPF: 018.446.390-45	RG: 14.144.898-6/II-PR
Endereço: Rua Visconde de Nakar, 216, Jardim das Américas. Pato Branco – PR.	
CEP: 85.502-420	Telefone:46-9-9904-8244
E-mail: julianoriboli@gmail.com	

1.2: IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Responsável pelo Projeto: Juliano Riboli	
CPF: 018.446.390-45	RG: 14.144.898-6/PR
Endereço: Avenida Brasil, 87, centro. Pato Branco - PR	
CEP: 85.501-071	Telefone: 46-9-9904-8244
Email: julianoriboli@gmail.com	

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.



Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

2- APRESENTAÇÃO, HISTÓRICO DO CONSEG E OBJETIVO DO PLANO DE TRABALHO:

O Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR – CONSEG – possui reconhecimento do Poder Público e emissão de Carta Constitutiva, com obrigações nas normas e Regulamentos do DECRETO Nº 5381/2016, tendo um foco de atuação voltado a organizar as comunidades e interagir de forma estritamente técnica com os órgãos de segurança pública, cumprindo todas as diretrizes emanadas pelo Poder Público e pelo regulamento supracitado.

Constituído de colegiado municipal deliberativos e consultivos, sem fins lucrativos, apolíticos e apartidários, vinculados às diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, com o objetivo principal de organizar as comunidades e interagir de forma estritamente técnica e privilegiada com os órgãos de segurança pública, cumprindo as diretrizes emanadas pelo Poder Público e por este regulamento, conforme Lei 1.457 de 27/06/1996, e também é uma instituição que é Declarada de Utilidade Pública no Município de Pato Branco, conforme Carta Constitutiva atualizada 034/2022 – 31/08/2022.

Em relação aos itens aqui pretendidos, informamos que estes serão doados pelo CONSEG Pato Branco ao Núcleo de Operações com Cães da Polícia Civil do Paraná – base operacional de Pato Branco – e esta unidade policial terá total responsabilidade na manutenção, cuidados e custeios necessários dos itens doados, bem como encargos e obrigações legais e documentais, sendo este projeto a fase dois da reestruturação da referida unidade, quem muito produz para nossa população e após esta repaginação terá ainda mais condições de entregar um serviço de segurança pública de maior eficiência e eficácia a nossa cidade.

Os itens doados pelo presente projeto ficarão **OBRIGATORIAMENTE** e de maneira irreversível, mediante penas e sanções legais previstas em lei, baseados junto ao Núcleo de Operações com Cães da Polícia Civil – Base Operacional de Pato Branco – localizada a Avenida Brasil, nº. 87, centro, Pato Branco – PR, CEP 85.501-071, sendo este imóvel próprio da referida unidade e custeado por recursos próprios do Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.



Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

3- DESCRIÇÃO DO PROJETO:

3.1.: Título do Projeto:

Projeto fase dois de reestruturação, melhoria, qualificação e aperfeiçoamento do Núcleo de Operações com Cães de Pato Branco - NOCPB.

3.2.: Identificação do Objeto:

02/2024 – NOCPB - Reestruturação, melhoria, qualificação e aperfeiçoamento do NOC Pato Branco.

3.3.: Período de Execução:

180 dias após repasse do recurso.

4- DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA:

O presente projeto versa a respeito de uma parceria público privada entre o Governo Federal, por meio de Emenda impositiva oriunda do Deputado Fernando Giacobbo, Município de Pato Branco, CONSEG Pato Branco e Núcleo de Operações com Cães da Polícia Civil do Paraná – base operacional de Pato Branco – tendo como objetivo principal os itens que seguem:

- Serviço de seleção e treinamento de TRÊS Cães Farejadores prontos para o trabalho policial;
- Serviço de Seleção e Treinamento dos Policiais Cíveis do NOC por meio da realização de um Curso Cinotécnico de no mínimo 160 horas aula e entrega de certificados;
- Serviços Técnicos Profissionais de Confecção de Materiais de Treinamento adequados para os Cães do NOC PB;
- Serviços veterinários diversos para atendimento dos cães do NOC PB;
- Confecção de Uniformes, Bandeiras e Flamulas para os Policiais do NOC PB;
- Contratação de serviços de contador para apoio e prestação de contas referente a execução do presente projeto.

Tal parceria se faz necessária, tendo em vista a escassez de recursos para este fim junto ao Departamento da Polícia Civil, e este, sem dúvida, é um projeto que irá beneficiar diretamente toda a comunidade Patobranquense, seja pela melhora significativa na segurança de nosso município e ainda uma melhora nas situações sociais atreladas as drogas.

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.



Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

As melhorias pretendidas aqui, se darão por meio das drogas que serão apreendidas pelos cães da referida unidade, bem como armas e munições que também serão tiradas de circulação com a melhora da estrutura relacionada ao trabalho dos cães e policiais desta referida unidade policial de nossa cidade, não obstante a isso, um complemento extremamente necessário ao trabalho de busca e captura de foragidos que se inicia no NOCPB.

Com a melhora na entrega da qualidade do serviços prestado pelos cães farejadores e pelos policiais do NOC de Pato Branco, toda sociedade será beneficiada diretamente, seja com a melhora na segurança local, bem como com a melhora das questões de saúde pública relacionadas a retirada de circulação de drogas e ainda com a retirada de armas e munições ilegais do meio de nossa população, evitando que vidas sejam perdidas por estes objetos ilegais.

Desta forma, ficam claros que os objetivos abrangem o bem-estar social e a segurança de nossos munícipes, aumentando assim a sensação de segurança local e a qualidade desta segurança fornecida pela unidade beneficiada, tendo em vista o que nossa própria carta magna cita, onde diz que *“a segurança pública é um dever do estado e obrigação de todos”*.

4.1.: PÚBLICO-ALVO

Todos os habitantes de Pato Branco serão beneficiados diretamente com a contemplação deste projeto, onde a unidade que será contemplada, terá uma melhora significativa em sua estrutura, fazendo com que mais drogas, armas e munições possam ser apreendidas pelos cães policiais.

A melhora das condições operacionais da unidade pleiteadas neste plano, garantirão que nossos famílias tenham mais segurança em bem-estar, estando claro que nossas forças policiais estarão bem equipadas e prontas para combater o tráfico de drogas e prender qualquer foragido que venha a perpetuar crimes em nossa cidade.

Com isso temos a plena certeza de que todos os habitantes de Pato Branco serão contemplados com este projeto, pois o ganho de qualidade e evolução do trabalho do NOC por meios dos serviços aqui pleiteados será gigantesco e surtirá efeitos imediatos a nossa população, fazendo com que a unidade beneficiada tenha

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.



Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

plenas condições de estar cada vez mais atuante em nossa cidade, tornando a segurança da nossa sociedade e dos nossos munícipes ainda melhor.

Nº de Atendidos	Faixa etária	Modalidade de atendimento
Toda a População Patobranquense. Cerca de 96.602 mil habitantes. Censo 2022.	Todas as faixas etárias residentes em Pato Branco.	Aumento efetivo da qualidade dos serviços de Segurança Pública entregues a nossa cidade.

5- OBJETIVOS

5.1.: OBJETIVO GERAL

O presente plano de trabalho visa o aumento de segurança do munícipes através da aquisição dos serviços citados no item 4 deste plano, contribuindo assim com o bem-estar da população local, papel primordial desenvolvido pelo Conseg junto a sociedade, com o aumento da segurança em nossa cidade.

Vale ressaltar que este é apenas mais um projeto dos inúmeros já pautados em reuniões do CONSEG Pato Branco e aprovados, sendo que o objetivo claro é sempre melhorar as estruturas de nossas forças de segurança pública, buscando entregar ainda mais qualidade de segurança e de vida ao munícipes Patobranquense.

5.2.: OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O aumento imediato da sensação de segurança pública e resultados mais efetivos na segurança pública local, com uma melhor condição de trabalho dos policiais e melhores condições de aplicação dos cães farejadores no policiamento, com mais suporte, estrutura e conhecimento técnico, além de melhor qualidade técnica ao policiais e de bem-estar aos de vida aos cães policia, refletindo diretamente e imediatamente no aumento da segurança de nossa população.

6 - ESPECIFICAÇÕES DE METAS, INDICADORES DE E MEIOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO

As metas descrevem como iremos medir o progresso rumo ao atingimento dos objetivos.

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.



Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

Metas Qualitativas	Indicador de aferição de cumprimento das metas	Meios de verificação
Realização por parte de Conseg de atividades orientativas e educativas de prevenção ao uso de drogas, abrangendo 4 escolas diferentes com palestras e demonstração com os cães policiais.	Fotos demonstrativas das ações, relatórios de abrangência e participação e lista de presença.	Conferência e análise dos dados apresentados pela equipe do Conseg relativos aos eventos planejados. Participação de fiscais do município durante a realização dos eventos.
Realização por parte de Conseg de atividades orientativas e educativas de prevenção ao uso de drogas em duas praças e um parque do município de Pato Branco, com a apresentação dos cães policiais durante os eventos.	Fotos demonstrativas das ações, relatórios de abrangência e participação e lista de presença de preenchimento voluntário.	Conferência e análise dos dados apresentados pela equipe do Conseg relativos aos eventos planejados. Participação de fiscais do município durante a realização dos eventos.

7- METODOLOGIA/AÇÕES DESENVOLVIDAS

As atividades e benefícios com os serviços pretendidos neste poderão ser vistas e acompanhadas pelos próximos anos a partir da contemplação do presente projeto e a afetiva entrega dos itens pleiteados.

Os efeitos positivos da melhoria das condições de trabalho e da capacidade técnica dos policiais e dos cães, será sentido por um período de no mínimo cinco anos, e durante todo esse tempo a sociedade local sentirá os benefícios da melhora de segurança, sendo um benefício constante e ininterrupto em toda e qualquer ação policial que os cães e policiais do NOC Pato Branco serão empregados, não tendo um objetivo único e por um curto espaço de tempo, e sim por todo um longo período de tempo em que os cães estiverem em efetivo serviço em nossa cidade.

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.


Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

Além disso a sociedade será beneficiada por atividades e ações do Conseg em escolas da rede pública de ensino, bem como por meio de eventos em praças e parques da cidade, todos estes voltados a conscientização e a prevenção do uso de drogas, contando com a presença e apresentação dos cães policiais para interagirem com a comunidade local.

ATIVIDADE/AÇÃO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTO
Utilização imediata do serviços pretendidos diretamente na melhora das condições de emprego dos cães e dos policiais do NOC Pato Branco na segurança pública local, de maneira preventiva e repressiva, de maneira ininterrupta.	160 horas mensais	Ininterrupto pelo período que a unidade estiver em pleno funcionamento. Em número, por um período mínimo de 5 anos.	Incalculável (de acordo com as demandas).

8- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Ativ	Descrição da Atividade	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
		1	2	3	4	5	6
1	Liberação dos recursos.	X					
2	Seleção prévia das empresas qualificadas de acordo com as exigências aqui apresentadas e os orçamentos	X					
3	Serviço de seleção e treinamento de TRÊS Cães Farejadores prontos para o trabalho policial.					X	
4	Serviço de Seleção e Treinamento dos Policiais Cíveis do NOC por meio da realização de um Curso Cinotécnico de no mínimo 160 horas aula e entrega de certificados					X	
5	Serviços Técnicos Profissionais de Confecção de Materiais de Treinamento adequados para os Cães do NOC PB.		X				
6	Serviços veterinários diversos para atendimento dos cães do NOC PB		X				

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.



Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

7	Confecção de Uniformes, Bandeiras e Flamulas para os Policiais do NOC PB.							X
8	Redistribuição do valores que porventura sobraem do presente projeto, bem com aquisição de mais ração animal com recursos que por ventura sobraem do presente projeto e/ou quitação de tributos e obrigações contributivas que necessitem ainda ser quitadas.							X
09	Realização por parte de Conseg de atividades orientativas e educativas de prevenção ao uso de drogas, abrangendo 4 escolas diferentes com palestras e demonstração com os cães policiais.							X
10	Realização por parte de Conseg de atividades orientativas e educativas de prevenção ao uso de drogas em duas praças e um parque do município de Pato Branco, com a apresentação dos cães policiais durante os eventos.							X
11	Contratação de serviços de contador para apoio e prestação de contas referente a execução do presente projeto.							X
12	Encerramento e prestação de contas definitiva do presente projeto.							X

9- RELATÓRIO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA.

Atestamos, para todos os fins de direito e responsabilidades legais, que o Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco, estabelecida a Rua Presidente Kennedy, 170, Bairro Bortot, Pato Branco – PR, CNPJ 80.871.924/0001-00, já participou de inúmeros processos de auxílio aos órgãos de segurança local e a administração pública municipal, tendo plena e total capacidade tanto técnica como operacional para o gerenciamento total do presente projeto, em todas as suas fases de execução, estando ciente de todos os preceitos legais e administrativos que regem a administração pública e o presente projeto.

Atestamos ainda que sempre cumprimos pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estarmos aptos a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que nos desabone.

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.



Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

10- Recursos Humanos

Nome	Cargo/função/ registro profissional	Escolaridade Formação	Carga horária Semanal	Carga horária Quinzenal	Carga horária Mensal
JULIANO RIBOLI	PRESIDENTE CONSEG AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	PÓS-GRADUAÇÃO	40 HORAS	80 HORAS	160 HORAS

11- PLANO DE APLICAÇÃO

As despesas correntes referentes aos serviços descritos acima no item 4 deste, são as que seguem conforme o descritivo abaixo:

- Serviço de seleção e treinamento de TRÊS Cães Farejadores prontos para o trabalho policial;

- Valor do item acima descrito:
R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte mil reais).

- Serviço de Seleção e Treinamento dos Policiais Civis do NOC por meio da realização de um Curso Cinotécnico de no mínimo 160 horas aula e entrega de certificados;

- Valor do item acima descrito:
R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais).

- Serviços Técnicos Profissionais de Confeção de Materiais de Treinamento adequados para os Cães do NOC PB;

- Valor do item acima descrito:
R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

- Contratação de Serviços Veterinários diversos para atendimento dos cães do NOC PB;

- Valor do item acima descrito:
R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

- Serviço de Confeção de Uniformes, Bandeiras e Flamulas para os Policiais do NOC PB;

- Valor do item acima descrito:
R\$ 14.000,00 (Doze mil reais).

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.



Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

- **Contratação de serviços de contador para apoio e prestação de contas referente a execução do presente projeto;**

- Valor do item acima descrito:
R\$ 1.000,00 (mil reais).

12- DESPESAS CORRENTES – DETALHAMENTO E CÓDIGOS TABELA SIT

Códigos Tabela SIT	Especificação do Bem	Qtd	Valor unitário	Valor total
3.3.90.39.48	Serviço de seleção e treinamento de TRÊS Cães Farejadores prontos para o trabalho policial.	3	R\$ 40.000,00	R\$ 120.000,00
3.3.90.39.48	Serviço de Seleção e Treinamento dos Policiais Civis do NOC, conforme descritivo item 4.	1	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,0
3.3.90.39.05	Serviços Técnicos Profissionais de Confecção de Materiais de Treinamento adequados para os Cães do NOC PB.	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
3.3.90.39.99	Serviços veterinários diversos para atendimento dos cães do NOC PB.	1	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
3.3.90.39.70	Confecção de Uniformes, Bandeiras e Flamulas para os Policiais do NOC PB.	1	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00
3.3.90.39.99	Contratação de serviços de contador para apoio e prestação de contas referente a execução do presente projeto.	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Subtotal:			R\$ 250.000,00	

13- NATUREZA DO RECURSO – ORIGEM DO RECURSOS

Especificação – Emenda Parlamentar Federal	Concedente (R\$) 250.000,00
Despesas Correntes	Serviço de seleção e treinamento de TRÊS Cães; Serviço de Seleção e Treinamento dos Policiais Civis do NOC; Serviços Técnicos Profissionais de Confecção de Materiais de Treinamento;

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.




Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR

	Serviços veterinários diversos para atendimento dos cães do NOC PB; Confecção de Uniformes, Bandeiras e Flamulas; Contratação de serviços de contador.
Total Geral	R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)

Ante ao exposto, pede-se a **APROVAÇÃO** do Projeto e Plano de Trabalho.

Pato Branco, 10 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **JULIANO RIBOLI**
Data: 11/12/2024 06:29:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JULIANO RIBOLI
Presidente
Conseg
Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco

Rua Presidente Kennedy, 170 – Bairro Bortot – CEP 85504-240 – Pato Branco – Pr.



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA
CONSEG - PATO BRANCO - PR

Ofício n.º 40/2024/CONSEG

Pato Branco, 12 de fevereiro de 2025.

Exmo. Senhor Vereador
Romulo Faggion
Gestor
Prefeitura Municipal de Pato Branco
Pato Branco – PR.

Assunto: Solicitação de alteração de número de conta correndo do Conseg a serem destinados recursos de emenda parlamentar número 19680004.

Exmo. Senhor Gestor,

Venho por meio deste informar que a Caixa Econômica Federal, instituição financeira a qual o Conseg Pato Branco possui suas contas bancárias, passou por alterações em seus números de contas correntes de pessoas jurídicas, e devido isso se faz necessário informar o novo número de conta a qual os recursos referentes a emenda Parlamentar número 19680004, oriunda do Ministério da Economia.

No Plano de Trabalho número 02, onde pretende-se a contratação de serviço de seleção e treinamento de 03 (três) cães farejadores prontos para o trabalho policial; serviço de seleção e treinamento dos policiais civis do NOC; serviços técnicos profissionais de confecção de materiais de treinamento adequados para os cães do NOC PB; serviços veterinários diversos para atendimento dos cães do NOC PB; confecção de uniformes, bandeiras e flamulas para os policiais do NOC PB; e, contratação de serviços de contador para apoio e prestação de contas referente a execução do presente projeto, foi informado que a conta a ser creditada o valor seria a conta número: Conta corrente: 83-0 - Banco: Caixa Econômica Federal - Agência: 4182 - Op. 003, porém informo que a conta a qual os valores devem ser destinado é a conta que segue:

Conta Correta a serem creditados os recursos da emenda 19680004:

Conta corrente: 000578775548 - Banco: Caixa Econômica Federal - Agência: 4182 - Op. 003.

Sem mais aza o momento, renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
JULIANO RIBOLI
Data: 12/02/2025 12:09:38-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

JULIANO RIBOLI
PRESIDENTE - CONSEG
PATO BRANCO – PR

Rua Presidente Kennedy, nº 170, Bortot, CEP 85.501-071, Pato Branco - Paraná.
Fone: 46-9-9904-8244 E-mail: patobranco.conseg@gmail.com





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6B29-2040-FFE6-C644

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ GERI NATALINO DUTRA (CPF 648.XXX.XXX-34) em 13/02/2025 14:03:35 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JULIANO RIBOLI (CPF 018.XXX.XXX-45) em 13/02/2025 16:29:39 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/6B29-2040-FFE6-C644>